

A atuação do assistente social na saúde frente à disputa de hegemonias: uma análise gramsciana

The practice of the social worker in health care amidst the dispute for hegemony: a gramscian analysis

Joseane Barbosa de Lima*  

Resumo: O artigo analisa o exercício profissional do assistente social na saúde pública à luz do pensamento de Gramsci e dos fundamentos do Projeto Ético-Político do Serviço Social. A partir da apropriação crítica de categorias como hegemonia, contra-hegemonia e intelectual orgânico, discute-se a atuação do Serviço Social como prática contra-hegemônica, comprometida com os interesses da classe trabalhadora. A análise situa-se no contexto das disputas societárias em torno do SUS, marcado por ofensivas neoliberais e neoconservadoras, e enfatiza a dimensão ético-política do trabalho profissional como mediação entre estrutura e sujeitos. Conclui-se que a intervenção crítica no campo da saúde potencializa a construção de uma nova hegemonia, articulando resistência cotidiana, participação social e defesa intransigente dos direitos.

Palavras-chaves: Hegemonia; Projeto Ético-Político; Serviço Social; Saúde.

Abstract: This article analyzes the professional practice of social workers in public health in light of Gramsci's thought and the foundations of the Ethical-Political Project of Social Work. Through the critical appropriation of categories such as hegemony, counter-hegemony, and organic intellectuals, Social Work is discussed as a counter-hegemonic praxis committed to the interests of the working class. The analysis is situated within societal disputes over the Brazilian Unified Health System (SUS), marked by neoliberal and neoconservative offensives, and emphasizes the ethical-political dimension of professional practice as a mediation between structure and subjects. It concludes that critical intervention in the health field enhances the construction of a new hegemony, by articulating everyday resistance, social participation, and the unwavering defense of rights.

Keywords Hegemony; Ethical-Political Project; Social Work; Health.

Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar o exercício profissional do assistente social no campo da saúde pública, à luz do pensamento de Antônio Gramsci e dos fundamentos do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Parte-se da concepção gramsciana de hegemonia como direção política, moral e cultural das classes dominantes, construída no âmbito da

* Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: joseane.lima@ufjf.br

sociedade civil por meio do consenso e da articulação de alianças. Em contrapartida, sustenta-se que as classes subalternas são capazes de elaborar um projeto societário alternativo, fundamentado em práticas contra-hegemônicas enraizadas nas condições concretas da vida social.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza teórico-reflexiva, fundamentada em revisão bibliográfica. Foram mobilizados autores clássicos e contemporâneos do Serviço Social e da tradição marxista, com ênfase no referencial gramsciano, com o objetivo de contribuir para o debate crítico sobre os desafios e potencialidades do trabalho profissional na saúde como mediação estratégica na luta por uma sociabilidade emancipada.

A apropriação crítica da obra de Gramsci — especialmente das categorias de hegemonia, intelectual orgânico e filosofia da práxis — foi determinante para o processo de renovação do Serviço Social brasileiro a partir da década de 1980. Nesse contexto, a profissão redefine sua direção social, assumindo um compromisso ético-político com a emancipação humana e com a construção de uma ordem social pautada na justiça, na equidade e na universalização dos direitos. Ao articular teoria e prática, ética e política, o projeto profissional adquire um caráter pedagógico, com potencial transformador, afirmando-se como crítica à ordem vigente e como força promotora de novas formas de organização e consciência coletiva.

Com base nesse referencial teórico-crítico, o artigo analisa os fundamentos ético-políticos que sustentam o projeto profissional do Serviço Social e examina a atuação do assistente social na saúde como espaço permeado por contradições, disputas de projetos societários, resistência e afirmação de práticas contra-hegemônicas. Essa análise se insere no contexto das ofensivas neoliberais e ultraconservadoras que vêm incidindo sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) e os direitos sociais, tensionando o trabalho profissional e os princípios que o orientam.

Diante do avanço do conservadorismo, da intensificação das desigualdades e do recrudescimento dos ataques aos direitos sociais e às liberdades democráticas, reafirma-se a centralidade do Projeto Ético-Político do Serviço Social como instrumento de resistência e defesa intransigente da democracia, dos direitos historicamente conquistados. Ao fazê-lo, o artigo busca fortalecer o posicionamento crítico dos/das assistentes sociais frente às disputas ideológicas contemporâneas, reafirmando o compromisso da profissão com as lutas da classe trabalhadora pela transformação social.

Hegemonia e contra-hegemonia¹ em Gramsci: a disputa de projetos societários

A hegemonia, no pensamento de Antônio Gramsci, constitui um conceito-chave para a compreensão das formas de dominação e das possibilidades de transformação na sociedade capitalista. Diferentemente de uma concepção reducionista baseada apenas na coerção estatal, Gramsci entende hegemonia como a capacidade de uma classe dirigir as demais por meio do consenso ativo, construído na sociedade civil, mediante a difusão de uma concepção de mundo que se torna dominante (Gramsci, 2002).

Trata-se de uma forma de direção político-ideológica que articula coerção e convencimento, sendo exercida não apenas no campo institucional, mas, sobretudo na cultura, na moral, na linguagem e nas práticas cotidianas (Neves, 2017). Assim, a hegemonia não é sinônimo de dominação, mas um processo de liderança ética e intelectual, sustentado na construção de consenso e na interiorização de valores que legitimam a ordem vigente.

Segundo Dias (2005), é no terreno da totalidade social — compreendida como o conjunto articulado de práticas, representações, relações sociais e estruturas de poder — que se travam os embates entre distintos projetos hegemônicos. A teoria política gramsciana, portanto, recusa a separação entre economia, cultura e política, entendendo-as como dimensões interligadas da realidade. Como enfatiza o autor, “a teoria política seria um discurso vazio se examinada como exterioridade em relação à totalidade social ou como mero epifenômeno do ‘econômico’” (Dias, 2005, p. 21). Assim, faz-se necessário articular o real a partir da reflexão sobre as práticas e os discursos dos dominados, bem como das ideologias dominantes, visando à superação destas e à construção do campo hegemônico das primeiras.

A luta por hegemonia envolve, portanto, a construção de um projeto societário alternativo, fundado nas experiências históricas das classes subalternas e na elaboração de uma concepção de mundo própria. Para Gramsci (2002), esse processo se inicia antes mesmo da tomada do poder estatal, por meio da atuação nos espaços da sociedade civil, da persuasão contínua e da disputa cultural. A hegemonia é, nesse sentido, um processo pedagógico de construção de consciência coletiva, que visa formar sujeitos históricos capazes de romper com a ordem vigente.

Nessa direção, a conquista da hegemonia, segundo Gramsci (2002), exige uma reforma intelectual e moral, ou seja, uma transformação profunda nas formas de pensar e agir que

¹ Embora amplamente empregado na tradição marxista contemporânea, o termo “contra-hegemonia” não aparece de forma literal no vocabulário político-conceitual formulado por Antonio Gramsci. Seu uso, contudo, não se distancia dos fundamentos teórico-políticos gramscianos que subsidiam a compreensão das disputas de hegemonia e dos processos de direção moral, política e intelectual na sociedade.

permita superar interesses corporativos e particulares, rumo à constituição de um projeto universalizante, característico de uma classe que se pretende dirigente no sentido histórico. Essa reforma não se limita a mudanças individuais ou culturais isoladas, mas envolve a conformação de um novo sujeito histórico, alinhado a um projeto coletivo de transformação da ordem social vigente.

No âmbito desta análise, destaca-se a centralidade da filosofia da práxis. Como aponta Souza (2018), ao revisitar a obra de Gramsci (1975), essa filosofia representa uma concepção de mundo que orienta o processo de reforma intelectual e moral, articulando teoria e prática como dimensões indissociáveis da luta social. Parte do reconhecimento de que toda concepção de mundo emerge de condições históricas concretas e somente adquire força transformadora quando é capaz de responder aos desafios de sua época, convertendo-se em prática viva, incorporada ao cotidiano das massas.

Para Gramsci, uma concepção só se revela verdadeiramente transformadora quando se enraíza na experiência coletiva, influenciando valores, atitudes e ações. Isso significa que a reforma intelectual e moral deve expressar-se em mudanças efetivas na cultura e na organização das classes subalternas, possibilitando a construção de uma nova hegemonia a partir de baixo (Souza, 2018).

Dessa forma, a proposta gramsciana de reforma intelectual e moral articula transformação cultural, política e ideológica, reconhecendo o papel estratégico da formação da consciência crítica e da organização coletiva das classes subalternas na disputa pela direção moral e política da sociedade.

Com base nessa compreensão de hegemonia como construção ativa de um novo consenso social, Gramsci aprofunda sua crítica à ordem burguesa, especialmente ao refletir sobre a estrutura do poder na sociedade capitalista. A partir disso, desenvolve uma leitura inovadora do Estado, que ultrapassa sua dimensão institucional e coercitiva, considerando-o como um terreno ampliado de disputas sociais e ideológicas

Para além da crítica ao liberalismo como ideologia legitimadora da burguesia, Gramsci compreende o Estado como uma totalidade ampliada, que abrange tanto a sociedade política — vinculada aos mecanismos de coerção — quanto a sociedade civil — relacionada à produção do consenso. Nessa formulação, o Estado é um espaço de disputas e contradições, onde diferentes projetos societários se enfrentam (Dias, 2005).

Nesse contexto, a hegemonia opera em duas frentes fundamentais: de um lado, como crítica teórico-prática às formas de dominação; de outro, como condição de possibilidade para a transformação social (Dias, 2005). Tal formulação permite compreender a hegemonia não

apenas como uma forma de legitimação da ordem vigente, mas também como um campo de disputa no qual se constroem alternativas históricas.

A teoria liberal, segundo análise de Dias (2005), cumpre um papel essencial na manutenção da ordem capitalista ao apresentar a cidadania como um campo homogêneo e consensual. Com isso, oculta os antagonismos de classe e inviabiliza a formulação de uma visão de mundo autônoma por parte das classes subalternas, contribuindo para a fragmentação das lutas sociais e a individualização das contradições.

A superação dessa lógica exige a constituição de um *novo bloco histórico*, sustentado por intelectuais orgânicos — sujeitos coletivos que emergem das próprias classes trabalhadoras e expressam seus interesses históricos. A ausência desses intelectuais compromete a autonomia política das classes subalternas, favorecendo sua adesão passiva à lógica hegemônica (Dias, 2005).

Portanto, é necessário que essas classes rompam com os discursos e práticas dominantes, apresentando-se como forças revolucionárias capazes de construir sua identidade e de se colocarem, nas palavras de Dias (2005, p. 30), “como sujeito fundador da possibilidade de um novo bloco histórico”. Essa ruptura está diretamente ligada à constituição de seus próprios intelectuais que, tendo por norte a filosofia da práxis, sejam capazes de enfrentar a hegemonia dominante.

Os intelectuais exercem funções organizativas e articuladoras essenciais na constituição e na manutenção da hegemonia do grupo social ao qual estão organicamente vinculados. De acordo com Gramsci (1975 *apud* Souza, 2018), esses sujeitos atuam como “funcionários” do grupo dirigente, sendo responsáveis por funções subalternas tanto no âmbito da hegemonia social quanto no exercício do governo político.

Essa atuação se desdobra em dois eixos centrais. O primeiro diz respeito à produção de um consenso aparentemente “espontâneo” por parte das amplas massas populares em relação à direção política e moral exercida pelo grupo hegemônico. Tal consenso é historicamente construído com base no prestígio e na confiança atribuídos a esse grupo, em função de sua posição estratégica no processo de produção e de sua capacidade dirigente.

O segundo eixo refere-se à mediação exercida pelo aparato estatal de coerção, cuja função é garantir a disciplina dos setores que não aderem ao consenso, seja de forma ativa ou passiva. Essa coerção é operacionalizada juridicamente por meio da legalidade, estruturando-se de modo a atuar preventivamente em toda a sociedade — especialmente em contextos de crise de direção, quando o consenso espontâneo tende a se enfraquecer (Gramsci, 1975 *apud* Souza, 2018).

Dias (2005) analisa que um dos principais elementos de subordinação das classes subalternas reside na dificuldade de elaborarem sua identidade própria, já que:

O seu saber/pensamento é construído errática e fragmentariamente a partir de sua inserção subordinada na estrutura social. As classes subalternas têm que, em um processo permanente de luta contra essa dominação/saber, dar respostas concretas. É, normalmente, no interior, no próprio cerne destas práticas, e discursos (...) que as respostas das classes subalternas se configuram como não-saberes” (Dias, 2005, p. 31).

Romper com a ideologia dominante significa, nesse contexto, superar as condições materiais e simbólicas que sustentam a opressão de classe. No pensamento de Gramsci, essa superação exige uma crítica contundente à separação entre sociedade civil e sociedade política, uma vez que tais esferas são compreendidas como dimensões interdependentes da totalidade social. Como observa Dias (2005, p. 32), “pensar a sociedade civil separada da sociedade política significa desconhecer as condições reais das lutas de classes”.

Gramsci (2002) argumenta que, enquanto a sociedade política se manifesta por meio dos aparatos coercitivos do Estado, a sociedade civil representa o terreno do consenso, englobando instituições privadas, práticas culturais e mecanismos de reprodução da hegemonia. É nesse espaço que se desenvolve a chamada “guerra de posição”, característica das sociedades capitalistas avançadas, em contraste com a “guerra de movimento”, típica de contextos de revolução. Nessa perspectiva, a transformação social não se dá por meio de rupturas abruptas, mas por meio de uma disputa prolongada e estratégica nos campos da educação, cultura, religião e comunicação, exigindo das classes subalternas uma atuação planejada e persistente (Neves, 2017).

Por outro lado, a perspectiva liberal tende a estabelecer uma dicotomia artificial entre essas duas esferas. Nessa concepção, a sociedade política é reduzida ao Estado, cuja função seria garantir a ordem, a propriedade privada e os contratos; enquanto a sociedade civil é idealizada como um espaço neutro de cidadania e consenso. Tal visão, no entanto, desconsidera os antagonismos de classe que perpassam a vida social, obscurecendo as desigualdades estruturais próprias do modo de produção capitalista. Ao adotar essa noção de cidadania homogênea, corre-se o risco de suprimir os conflitos sociais e, conseqüentemente, desmobilizar a crítica à ordem vigente. Como adverte Dias (2005, p. 33), esse processo implica “eliminar os antagonismos, construir os caminhos da derrota e da incorporação à ordem capitalista”.

Dessa forma, a cidadania, sob a ótica das classes subalternas, não deve ser concebida como um ideal abstrato ou um campo neutro, mas como um espaço historicamente atravessado por contradições, onde se travam lutas por direitos e por transformações sociais efetivas. Ignorar

tais contradições significa reforçar a aparência de igualdade formal, contribuindo para a manutenção da exclusão e da desigualdade sob a fachada da cidadania universal.

A hegemonia deve ser compreendida, simultaneamente, como direção política e processo pedagógico. Trata-se da construção de uma nova concepção de mundo, enraizada nas experiências e necessidades históricas das classes subalternas, orientada à constituição de uma cultura contra-hegemônica (Neves, 2017). Como observa Dias (2005, p. 64), esse processo exige a estruturação de um campo de lutas, alianças e estratégias que componham o “horizonte ideológico e simbólico” da classe trabalhadora, permitindo-lhe disputar a direção da sociedade em sua totalidade.

É nesse complexo terreno de disputas por projetos societários, travadas no interior da sociedade civil, que o Serviço Social brasileiro também atua, sobretudo a partir da consolidação de seu Projeto Ético-Político. A apropriação crítica do pensamento gramsciano, especialmente a partir da década de 1980, foi decisiva para a reconceituação da intervenção profissional como práxis — compreendida como mediação entre as determinações estruturais da sociabilidade capitalista e a ação concreta dos sujeitos sociais (Neves, 2017). Nessa perspectiva, a profissão passa a reconhecer seu papel ativo nas lutas sociais, assumindo uma direção ético-política orientada à construção de alternativas emancipatórias no interior das contradições do Estado e da sociedade.

Os fundamentos ético-políticos do Serviço Social como projeto contra-hegemônico

A compreensão da hegemonia como síntese entre direção cultural e transformação material tem sido central nas aproximações entre o pensamento gramsciano e o Serviço Social. Segundo Simionatto (1995), ao pensar a hegemonia como fenômeno político-cultural e econômico, Gramsci oferece subsídios teóricos para compreender a profissão como um espaço de disputa por um novo projeto de sociedade. A partir dessa chave analítica, o Serviço Social crítico se constitui como uma práxis contra-hegemônica, vinculada aos interesses históricos das classes trabalhadoras e comprometida com a construção de uma nova direção ético-política no interior da ordem social vigente (Neves, 2017).

No entanto, é importante destacar que essa perspectiva crítica não está presente na origem da profissão no Brasil. A institucionalização do Serviço Social nos anos 1930 deu-se em um contexto de modernização conservadora do Estado, marcado pelo autoritarismo e pela consolidação da hegemonia burguesa no período do Estado Novo. Nessa conjuntura, a profissão assumiu feições técnico-burocráticas, fortemente influenciada pela doutrina social da Igreja,

atuando como mediadora da questão social, mas sem questionar suas determinações estruturais (Iamamoto; Carvalho, 2008).

A crítica a esse modelo ganha força a partir dos anos 1960, impulsionada pelas lutas populares na América Latina e, sobretudo, pela incorporação das contribuições do marxismo. No Brasil, esse movimento se intensifica na década de 1980, com o processo conhecido como “intenção de ruptura” (Netto, 2011), que marca o esforço coletivo de revisão dos fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos da profissão. Nesse contexto, o pensamento gramsciano passa a ocupar lugar de destaque, contribuindo com categorias centrais, como bloco histórico, intelectual orgânico, sociedade civil e filosofia da práxis, orientando a construção de um novo projeto profissional vinculado à emancipação humana.

Segundo Simionatto (2021, p. 11),

A presença de Gramsci no Serviço Social se amplia na década de 1980, com conquistas importantes na discussão teórico-metodológica, com a implantação do currículo de 1982, na direção social da formação e da prática profissionais, afirmadas na disputa da hegemonia com o conservadorismo e o pragmatismo, mas também na atuação e na organização política da categoria. A inovadora contribuição de Gramsci ao marxismo, através da filosofia da práxis, impulsionou o aprofundamento dos estudos sobre o método crítico dialético, a imprescindível unidade entre teoria e prática, entre pensamento e ação (Abreu; Cardoso, 1989). Defendida por Gramsci como instrumento de combate ao positivismo e suas incrustações no marxismo, a filosofia da práxis configura-se como uma teoria da ação-político cultural necessária para apreender e, ao mesmo tempo, reorganizar o mundo em busca da sua transformação.

Nessa perspectiva, os confrontos políticos mais significativos entre os setores conservadores da profissão e aqueles alinhados à perspectiva crítica se intensificam nos processos de reformulação do Código de Ética Profissional, especialmente nos anos de 1986 e 1993. Conforme Barroco (2009), nesse período, tanto a práxis política quanto a produção teórica passaram a desempenhar um papel decisivo na consolidação de um novo ethos profissional, de caráter crítico e democrático, orientado para a superação do irracionalismo, do conservadorismo e do tradicionalismo que historicamente marcaram o Serviço Social.

O Código de Ética de 1986 constitui um marco nesse processo, ao compreender a ética profissional, pela primeira vez, como elemento constitutivo de um projeto coletivo. Essa concepção rompe com a perspectiva anterior, que restringia a ética ao plano da moral individual. Ainda que os fundamentos éticos não tenham sido plenamente explicitados, o documento já expressava uma importante inflexão: a política, antes subordinada à moral, passa a ser compreendida como subordinada à ética política. Isso indicava o surgimento de uma nova

práxis política, marcada por um distanciamento da lógica individualista e moralizante até então predominante (Barroco, 2009).

O ano de 1986, portanto, inaugura um novo ciclo, que será aprofundado na década de 1990. Nos debates que culminaram na formulação do Código de Ética de 1993, essa articulação entre ética e política se aprofunda, com o aporte de novos fundamentos teóricos e filosóficos, inspirados em autores da filosofia política, em referências marxistas contemporâneas e nas fontes originais do pensamento marxiano.

As entidades representativas da categoria passaram a desenvolver ações voltadas à capacitação, à reflexão crítica e ao debate sobre ética, sempre em diálogo com a política, reafirmando a indissociabilidade entre essas duas dimensões no interior do projeto profissional. Com isso, consolida-se, a partir de 1993, a formulação do chamado Projeto Ético-Político, que expressa, de forma mais orgânica, essa articulação entre ética e política como fundamento para a atuação crítica do Serviço Social (Barroco, 2009).

Nas palavras de Netto (1999) o significado sócio histórico e ideo-político do referido projeto,

Tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. A partir destas escolhas que o fundam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo – tanto na sociedade como no exercício profissional (Netto, 1999, p. 104-105).

Assim, o projeto ético-político do Serviço Social constitui-se como um projeto contra-hegemônico. Ao se orientar pela defesa dos direitos sociais, pela radicalização democrática e pela emancipação humana, ultrapassa os limites de uma atuação técnico-administrativa e assume uma dimensão política fundamental. O/a assistente social, inserido/a nas trincheiras da sociedade civil e política, atua como um/a intelectual orgânico/a das classes subalternas, contribuindo para a construção de novos consensos alinhados aos interesses da classe trabalhadora (Simionatto, 1995).

Essa prática, contudo, se dá em meio a contradições. Como observa Jacinto (2017), a atuação profissional ocorre em instituições que operam majoritariamente para a reprodução das relações capitalistas. Portanto, mesmo orientado por um horizonte emancipador, o projeto ético-político enfrenta limites impostos pela hegemonia burguesa que se atualiza nas formas institucionais. Esse tensionamento é intensificado no contexto contemporâneo, marcado pelo

avanço do conservadorismo, pelo esvaziamento dos movimentos populares e pela fragmentação das lutas sociais.

Nesse cenário, o desafio do/a assistente social é construir práticas que articulem o ético ao político, o imediato ao histórico, e a mediação às finalidades últimas do projeto profissional. Como destaca Neves (2017), trata-se de disputar os sentidos da intervenção profissional no interior das instituições e da sociedade civil, atuando estrategicamente na "guerra de posição" gramsciana. A prática profissional, assim, adquire uma dimensão pedagógica, ideológica e política, mediando demandas concretas com os projetos coletivos de transformação social.

Não se trata, no entanto, de uma atuação previamente roteirizada. Gramsci (2000) adverte que o papel do intelectual orgânico exige uma constante dialética entre saber e sentir — uma unidade entre teoria, emoção e ação histórica, só possível mediante o enraizamento nas experiências vividas pelos sujeitos populares. A ausência desse vínculo abre espaço para a burocratização da prática e o distanciamento entre profissionais e os sujeitos históricos da transformação.

Nesse sentido, o intelectual cumpre uma função estratégica na construção e na manutenção da hegemonia. Gramsci (2007) destaca que os intelectuais exercem um papel organizativo fundamental, articulando o consenso social e o domínio político do grupo dirigente. Segundo o autor:

Os intelectuais têm uma função na 'hegemonia' que o grupo dominante exercita em toda a sociedade e no 'domínio' sobre ela que se encarna no Estado, e esta função é precisamente 'organizativa' ou conectiva: os intelectuais têm a função de organizar a hegemonia social de um grupo e o seu domínio estatal, isto é, o consenso dado pelo prestígio da função no mundo produtivo e o aparato de coerção para aqueles grupos que não 'consentem' nem ativamente nem passivamente ou para aqueles momentos de crise de comando e de direção em que o consentimento espontâneo passa por uma crise. Desta análise resulta uma extensão muito grande do conceito de intelectuais, mas apenas assim me parece possível chegar a uma aproximação concreta da realidade (Gramsci, 2007, p. 476).

Nesse marco, é possível compreender o/a assistente social como um intelectual orgânico vinculado às classes subalternas, cuja prática profissional se insere nas disputas pela direção moral e política da sociedade. A apropriação do pensamento gramsciano pelo Serviço Social, portanto, não se reduz ao uso instrumental de categorias analíticas, mas constitui uma orientação ética e política. Ao afirmar os fundamentos do seu projeto ético-político, o Serviço Social se posiciona contra a lógica mercantil da vida e reafirma seu compromisso com a dignidade humana, a justiça social e a construção de uma nova hegemonia.

Esse compromisso se concretiza nas mediações cotidianas do trabalho profissional. Desde o atendimento direto até a elaboração de pareceres, passando pela articulação com redes

e equipes e pela formulação de políticas públicas, cada ato profissional carrega escolhas ético-políticas. Como sublinha Simionatto (2021, p. 14), a atuação do/a assistente social tem função pedagógica e política fundamental, promovendo o acesso a direitos e contribuindo para a organização da cultura e da consciência social — elementos centrais na luta pela hegemonia. À luz da perspectiva gramsciana, esse profissional não se limita a uma atuação neutra ou tecnicista, mas se insere de maneira ativa nas disputas ideológicas, culturais e políticas do seu tempo histórico. Seu trabalho implica participar da produção de sentidos sociais e na construção de hegemonias vinculadas aos interesses da classe trabalhadora.

Como afirmam Santos e Mancini (2021, p. 130), trata-se de um exercício profissional atento à totalidade social, o que exige a apreensão crítica da “lógica do capitalismo contemporâneo, o papel do Estado, as dinâmicas da gestão pública e a luta de classes”. Tal compreensão é indispensável para que a intervenção profissional supere respostas imediatistas ou meramente adaptativas, assumindo uma postura ético-política propositiva e comprometida com a emancipação social.

No contexto atual, caracterizado pela intensificação das expressões da questão social, pelo avanço de forças conservadoras e pelo desmonte das políticas públicas em prol da financeirização do capital, essa atuação crítica torna-se ainda mais necessária. Como analisa Silva (2022), observa-se a produção de uma imagem distorcida da realidade, acompanhada por um discurso de mudança que, sob a lógica do ultraneoliberalismo, apresenta falsas soluções para a crise estrutural do capitalismo. A esse discurso se soma a retórica moralizante de cunho fundamentalista religioso, promovida por setores das igrejas neopentecostais, que constroem a figura do comunismo como inimigo interno e ameaça à “família tradicional” e seus valores morais.

Essa articulação ideológica atua sobre o senso comum, consolidando visões de mundo simplificadas que moldam as condutas e as formas de pensar das massas. Silva (2022, p. 17) aponta que tais argumentos “aderem e sedimentam-se no senso comum, modelando convicções e operando sobre a vida prática”. Essa perspectiva encontra eco em Gramsci, para quem “nas massas como tais, a filosofia não pode não ser vivida como uma fé” (Gramsci, 2007, p. 1390). Ou seja, as ideias difundidas por determinados intelectuais se tornam forças materiais quando vivenciadas como crenças, orientando práticas e consolidando projetos societários. Por isso, o senso comum é um campo de disputa central na construção da hegemonia, sendo moldado tanto por intelectuais comprometidos com a transformação social quanto por aqueles que contribuem para a sua estagnação.

Nesse último caso, destacam-se os chamados “intelectuais medíocres”, cuja atuação obscurece os elementos estruturais da realidade, reforçando respostas reacionárias diante das crises. Conforme analisa Schlesener (2017, p. 156), “os intelectuais medíocres [...] conseguem obscurecer em vez de esclarecer os movimentos de massa, ou porque não dominam a teoria ou porque não entendem sua posição na luta de classes ou, ainda, porque partem de saída de uma posição de elite (são medíocres e arrogantes)”. Tais sujeitos operam como difusores de um senso comum conservador, impedindo a elevação da consciência crítica dos setores subalternizados.

No caso brasileiro, como destacado por Silva (2022), a desorganização da cultura nacional foi um dos fatores que possibilitou o surgimento de um movimento de massas reacionário, viabilizando a ascensão do bolsonarismo. Ainda que a atual conjuntura não possa ser explicada exclusivamente pela ação desses intelectuais, seu papel na conformação do bloco histórico dominante é decisivo. O crescimento do discurso da “ditadura cultural marxista”, os ataques sistemáticos à ciência, à educação, à democracia e à soberania nacional são expressões do avanço de formas intelectuais que Gramsci criticou duramente. Referindo-se a esse tipo de atuação ideológica, afirmou: “os grupos intelectuais que exprimiam questões lorianas², na realidade, desprezavam, não só a lógica, mas a vida nacional, política e tudo mais” (Gramsci, 2007, p. 2335).

Diante desse cenário, o/a assistente social, enquanto intelectual orgânico da classe trabalhadora é desafiado a disputar sentidos no cotidiano profissional, contribuindo para desnaturalizar a ordem vigente e fomentar a construção de uma nova hegemonia, pautada nos valores da justiça social, da emancipação humana e da radicalização da democracia.

Dessa forma, o Serviço Social é chamado a atualizar permanentemente seu compromisso com as classes subalternas. Rerler Gramsci, como alerta Neves (2017), não significa repetir fórmulas, mas recriar sua teoria à luz das contradições do presente. É por meio dessa práxis viva e historicamente situada que a profissão se afirma como força ativa na construção de um novo projeto societário. A disputa entre projetos antagônicos segue presente — tanto na sociedade quanto na profissão — e exige que o Serviço Social se posicione de forma clara, crítica e coerente com os fundamentos que sustentam sua identidade.

Nesse horizonte, compreender o projeto ético-político do Serviço Social como expressão de uma racionalidade contra-hegemônica implica reconhecer a prática profissional como espaço de mediações históricas, políticas e ideológicas. Essa concepção torna-se ainda

² Gramsci utiliza o termo *lorianismo* para criticar intelectuais que carecem de rigor teórico, metodológico e ético, buscando prestígio por meio do diletantismo e da distorção dos fatos. Refere-se especialmente a Loria, mas também a autores como Einaudi, Ferri, Lombroso e Orano (Schlesener, 2017)

mais relevante quando analisamos o exercício profissional em áreas estratégicas, como a saúde. É nesse campo, marcado por disputas em torno da concepção de direitos, do papel do Estado e da forma de organização das políticas públicas, que se materializam muitas das contradições enfrentadas pelo Serviço Social. Assim, no próximo item, analisaremos o trabalho do assistente social na saúde como uma mediação crítica e um espaço de resistência, à luz dos fundamentos discutidos até aqui.

O exercício profissional do Assistente Social na Saúde: Resistência e Construção de Hegemonia no SUS

O campo da saúde pública brasileira, estruturado pelos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) — universalidade, integralidade e equidade — configura uma conquista histórica dos movimentos sociais e sanitaristas, expressando a materialização de disputas por hegemonia no interior do Estado brasileiro.

À luz do pensamento gramsciano, a criação do SUS pode ser compreendida como resultado de um processo de disputa hegemônica na sociedade civil, no qual distintos grupos buscaram afirmar projetos antagônicos para a saúde pública no país. Nesse contexto, a Reforma Sanitária emergiu como um projeto contra-hegemônico, empenhado em construir uma nova direção moral e intelectual ao afirmar a saúde como direito universal e dimensão da cidadania. Assim, as lutas sociais em torno da concepção de saúde

[...] Buscam construir uma contra-hegemonia, [...] pautam um projeto emancipador para a humanidade e evidenciam a necessidade de enfrentamento dos desafios postos por uma realidade permeada de contradições e interesses destrutivos do capital, as quais determinam socialmente a situação de saúde da coletividade em uma dada sociedade (Carvalho, 2019, p. 14).

Forjado nesse processo, o SUS rompe com modelos biomédicos, assistencialistas e mercantilistas, instituindo a saúde como direito social e dever do Estado. Entretanto, desde sua institucionalização, o sistema permanece atravessado por contradições estruturais, enfrentando permanentes investidas do capital, expressas na mercantilização da atenção, no subfinanciamento/desfinanciamento crônico, na precarização das condições de trabalho e na adoção de modelos gerenciais alinhados à lógica da acumulação capitalista.

Segundo Bravo (2020), o SUS é tensionado por três projetos distintos: o projeto da Reforma Sanitária, que propõe um sistema público, estatal, universal e com controle social por meio da participação popular; o projeto privatista, que busca subordinar a saúde ao mercado; e o projeto da Reforma Sanitária flexibilizada, que tenta conciliar os princípios do SUS com as exigências do neoliberalismo.

Esses três projetos materializam, em termos gramscianos, distintas estratégias de hegemonia no interior do Estado ampliado. Enquanto o projeto da Reforma Sanitária busca expandir a direção democrática da classe trabalhadora, o projeto privatista expressa a tentativa de restauração da hegemonia neoliberal. Já o projeto da Reforma Sanitária flexibilizada evidencia a convivência contraditória entre projetos antagônicos, revelando a complexidade da disputa hegemônica na área da saúde.

A inserção do Serviço Social na saúde se intensifica com a criação do SUS, momento em que essas disputas passam a moldar sua institucionalização. Esse processo repercute na profissão ao evidenciar a tensão entre o Projeto Ético-Político do Serviço Social, suas bases vinculadas à Reforma Sanitária Brasileira e as demandas cotidianas de trabalho ainda fortemente condicionadas pelo modelo hospitalocêntrico e curativista (Carvalho, 2019).

Nesse cenário permeado por conflitos e disputas ideológicas, o trabalho do/a assistente social se insere como possibilidade de mediação crítica, articulando as determinações estruturais do capitalismo, os limites impostos pelas políticas públicas e as demandas concretas dos sujeitos sociais.

Ao incorporar uma compreensão ampliada das determinações sociais do processo saúde-doença, o/a assistente social passa a tensionar os debates acerca da questão social que atravessa as condições de vida dos/as usuários/as do SUS, promovendo um diálogo essencial com a equipe multiprofissional de saúde. Nessa direção, sua atuação contribui para o enfrentamento das perspectivas conservadoras no campo da saúde, articulando a defesa dos direitos sociais à necessária politização da prática profissional. Desse modo, o trabalho do/a assistente social pode se configurar como uma prática contra-hegemônica, fortalecendo a construção de uma nova hegemonia, nos termos gramscianos, que afirme a integralidade do cuidado, a equidade e a transformação social.

Considerando essa inserção crítica, torna-se evidente que o/a assistente social ocupa um lugar estratégico no interior da política de saúde, dada a complexidade das demandas que chegam ao serviço e a necessidade de apreensão ampliada das necessidades sociais e de saúde. De acordo com Carvalho (2019), o contato permanente com situações multifacetadas e com a dinâmica cotidiana do SUS, confere à profissão um acúmulo técnico, ético e político singular. Quando esses elementos são elaborados de forma crítica, à luz dos fundamentos ético-políticos e dos referenciais teórico-metodológicos que orientam o projeto profissional, convertem-se em base para práticas que disputam projetos no interior do próprio SUS.

Nesse contexto, o/a assistente social pode se configurar, em termos gramscianos, como um intelectual orgânico da classe trabalhadora, na medida em que produz, organiza e difunde

concepções críticas sobre a realidade social e o processo saúde-doença. Essa condição se expressa na capacidade de articular elaboração teórica, direção política e prática educativa, intervindo de modo qualificado nas contradições presentes nos serviços de saúde.

A contribuição da categoria na composição de um movimento contra hegemônico na saúde, que tem a perspectiva da determinação social da saúde como eixo norteador, é um forte indicativo da nossa capacidade teórica e política de questionar movimentos ideológicos que pretensamente busquem direcionar pressupostos, métodos e práticas sociais em função de interesses que diferem da direção social do nosso Projeto Ético Político hegemônico, contribuindo inclusive com o revigoramento da direção social crítica que fundamentou a saúde coletiva, face aos desafios enfrentados pelo movimento sanitário na atualidade (Carvalho, 2019, p. 79).

Assumir uma prática profissional que se contraponha à lógica dominante nos serviços de saúde requer, portanto, construir mediações capazes de negar a subordinação do trabalho do/a assistente social aos projetos societários que se fortalecem no contexto neoliberal. Esse compromisso ético-político implica enfrentar não apenas a racionalidade gerencialista e produtivista que atravessa o SUS, mas também as expressões do conservadorismo, dos preconceitos e das práticas discriminatórias que se reproduzem nos serviços — seja na forma de moralização das demandas dos/as usuários/as, na patologização das desigualdades sociais ou na naturalização das violências que afetam, sobretudo, populações negras, pobres, mulheres, pessoas LGBTQIA+ e pessoas com deficiência. Nesse sentido, como destaca Vasconcelos (2015), a práxis profissional requer apreender criticamente as determinações sociais que conformam essas expressões e produzir respostas que afirmem a centralidade do ser social na construção do cuidado.

Ao mesmo tempo, o exercício profissional do/a assistente social, longe de ser homogêneo, apresenta elementos tanto de reprodução das relações sociais conservadoras quanto de possibilidades para a construção de práticas críticas e emancipadoras. Como destaca Netto (2006), embora o conservadorismo tenha perdido o monopólio na direção do Serviço Social, suas expressões permanecem presentes, convivendo e confrontando-se com projetos profissionais críticos, em razão da heterogeneidade da categoria e do contexto democrático.

Dessa forma, o exercício profissional crítico se desenvolve sob a constante ameaça da despolitização, da moralização das intervenções e da adaptação às lógicas neoliberais. Barroco (2011) alerta para o avanço de uma racionalidade tecnocrática e gerencial nas instituições, inclusive na área da saúde, que privilegia a produtividade, a competitividade e a lucratividade. Sob essa lógica, o trabalho do/a assistente social tende a ser reduzido a tarefas burocráticas e repetitivas, dificultando a construção de uma práxis crítica.

Desse modo, o corpo profissional também está submetido às contradições do capital, sofrendo com a precarização do trabalho, o adoecimento, a intensificação das exigências produtivas e a instabilidade dos vínculos laborais. A fragilidade da formação política, somada à busca por soluções imediatistas e à ausência de mediações coletivas, favorece o fortalecimento do conservadorismo e compromete a construção de projetos profissionais emancipatórios (Barroco, 2011, p. 212).

Essa racionalidade gerencial pode ser compreendida, à luz de uma leitura gramsciana, como um dos mecanismos de manutenção da hegemonia neoliberal, ao produzir consensos institucionais que naturalizam práticas tecnicistas e fragmentam capacidades coletivas de resistência. Ao reduzir a complexidade do trabalho profissional a rotinas operacionais e mensuráveis, busca-se neutralizar sua dimensão política e restringir sua potência contra-hegemônica.

É nesse sentido que a formulação de Gramsci sobre o exercício da hegemonia — entendida como articulação entre coerção e consenso — torna-se elucidativa para compreender a adesão institucional a tais racionalidades. Como afirma o autor, a hegemonia consiste em “uma combinação da força e do consenso que se equilibram, sem que a força suplante em muito o consenso; ao contrário, [a força] aparece apoiada pelo consenso da maioria, expresso pelos assim ditos órgãos da opinião pública” (Gramsci, 1975 *apud* Aliaga; Silva, 2017, p. 24).

Nessa perspectiva, o gerencialismo não opera apenas como exigência administrativa, mas como produção ativa de consenso que legitima formas de organização do trabalho alinhadas à racionalidade neoliberal, dificultando a construção de práticas profissionais críticas e emancipadoras.

Entretanto, é justamente na capacidade de reconhecer e tensionar essas contradições que se inscreve a potencialidade contra-hegemônica da prática profissional do/a assistente social. A construção de alianças com sujeitos coletivos e a disputa de sentidos das políticas públicas constituem estratégias fundamentais na afirmação da defesa da vida, dos direitos sociais e da emancipação humana.

Diante do atual cenário de ofensiva conservadora, aprofundamento das desigualdades e precarização das políticas sociais, torna-se imperativo que a atuação profissional do/a assistente social na saúde esteja alicerçada em uma perspectiva crítica e totalizante, capaz de apreender as expressões da questão social e intervir de forma articulada. Disputar a hegemonia na área da saúde exige mais do que resistências pontuais: requer organização coletiva, fortalecimento do projeto ético-político profissional e articulação entre os espaços institucionais e os movimentos

sociais. O trabalho profissional deve se afirmar como instrumento na luta por um projeto societário fundado na equidade, na justiça social e na universalização dos direitos.

O enfrentamento ao conservadorismo exige, assim, uma dupla estratégia: por um lado, o fortalecimento da organização política da categoria, por meio de ações junto às entidades representativas, unidades formadoras, profissionais e estudantes; por outro, a articulação com movimentos sociais, sindicatos e partidos comprometidos com os interesses da classe trabalhadora (Barroco, 2011). Essa mobilização coletiva é fundamental para resistir às tendências conservadoras e gerencialistas que, associadas à intensificação das desigualdades, expressam um projeto de sociedade excludente e autoritário.

Essas tendências conservadoras e gerencialistas não se limitam a conjunturas isoladas, mas têm se aprofundado nas últimas décadas, especialmente em contextos de crises econômicas, políticas e sociais que afetam diretamente a organização e o financiamento das políticas públicas. Momentos de inflexão histórica, como a pandemia de Covid-19, evidenciaram de forma contundente as contradições do sistema capitalista e os limites do modelo de saúde vigente.

A crise sanitária global escancarou as desigualdades sociais e destacou, de maneira incontornável, tanto a centralidade do Sistema Único de Saúde (SUS) na proteção da vida quanto o papel estratégico do/a assistente social no enfrentamento às múltiplas expressões da questão social. Como destaca Matos (2021, p. 144):

O cotidiano profissional do assistente social, durante a pandemia, explicitou a centralidade da questão social no campo da saúde e escancarou as desigualdades sociais que atravessam a população usuária. O trabalho profissional teve que lidar com demandas urgentes, com o sofrimento social intensificado, mas também se constituiu como espaço de denúncia, resistência e articulação com os movimentos sociais e usuários na defesa do SUS.

Do ponto de vista gramsciano, crises dessa magnitude tendem a abalar o bloco histórico³ dominante e podem abrir brechas para a reconfiguração hegemônica, tornando ainda mais evidente a importância de práticas profissionais capazes de disputar sentidos e afirmar projetos societários comprometidos com a vida e com os direitos sociais.

Diante dessa conjuntura, reafirmou-se o compromisso da categoria com os direitos humanos, a justiça social e a defesa intransigente do SUS como política pública universal. A pandemia também expôs como as desigualdades de classe, raça, território e gênero impactam de forma desigual a morbimortalidade da população, evidenciando a necessidade da defesa de

³ Para Gramsci (2002), a crise orgânica emerge quando a classe dirigente fracassa em seu projeto de direção política ou quando as massas passam da passividade à ação, abrindo fissuras na hegemonia.

uma concepção ampliada de saúde e de uma atuação profissional crítica, capaz de compreender o adoecimento como expressão das determinações sociais da vida.

A intervenção profissional do assistente social na saúde, orientada pelos fundamentos do Projeto Ético-Político, encontra respaldo nos Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Saúde (CFESS, 2010), os quais reafirmam sua perspectiva política e crítica. Em especial, o eixo 3.2.2 — Mobilização, Participação e Controle Social — orienta a categoria a fomentar o protagonismo dos sujeitos coletivos, fortalecer os espaços de deliberação democrática e contribuir para a democratização da gestão das políticas públicas. Essa diretriz se concretiza por meio de práticas como a escuta qualificada, a mediação institucional, a produção de documentos críticos e a atuação efetiva em conselhos e conferências de saúde.

Nesse contexto, a atuação interdisciplinar se apresenta como estratégia fundamental para disputar concepções políticas de cuidado, promover abordagens integrais e coletivas e enfrentar tanto o tecnicismo quanto a lógica fragmentada que ainda permeiam os modelos gerenciais no setor saúde. É nesse movimento que se insere a práxis do/a assistente social, como expressão de resistência e de construção de alternativas ético-políticas no interior das instituições. Como afirma Carvalho (2019): “Materializar uma práxis contra-hegemônica e emancipatória é desvelar as demandas do cotidiano, no sentido de problematizá-las na direção dos reais interesses da classe trabalhadora [...]”.

A articulação político-teórico-prática que marca essa atuação se fortalece com a participação de assistentes sociais em coletivos e frentes de luta, como a Frente Nacional contra a Privatização da Saúde (FNCPS), que reúne movimentos sociais, universidades, sindicatos e entidades empenhadas na defesa de um SUS público, estatal e de qualidade (Bravo; Pelaez; Menezes, 2020). Nesse mesmo horizonte, as entidades representativas da categoria — CRESS, CFESS e ABEPSS — desempenham papel central ao produzirem diretrizes, defenderem direitos sociais e se articularem com movimentos sociais na afirmação de um projeto profissional crítico e transformador.

Em síntese, o trabalho do/a assistente social na saúde configura um espaço estratégico de mediação crítica e disputa política. Ao posicionar-se de forma ética e comprometida com os interesses da classe trabalhadora, o/a profissional tensiona os limites institucionais e contribui, no interior das lutas sociais, para a construção de um projeto societário contra-hegemônico baseado na radicalização da democracia, na justiça social e na universalização dos direitos.

No entanto, tal construção exige vigilância constante e organização coletiva diante das ofensivas conservadoras que buscam cooptar o Projeto Ético-Político do Serviço Social e restringir sua capacidade de afirmação crítica nas instituições. Embora o conservadorismo

avance em articulação com a lógica do capital em escala global, os sujeitos históricos seguem tensionando essa ordem por meio de práticas coletivas que, mesmo permeadas por contradições, apontam para possibilidades concretas de resistência e de reconfiguração da sociabilidade.

Considerações finais

O exercício profissional do/a assistente social na saúde pública brasileira desenvolve-se em um terreno permeado por profundas contradições estruturais. De um lado, o Sistema Único de Saúde (SUS) constitui uma conquista histórica das classes subalternas, fruto da luta coletiva por direitos sociais e por uma nova direção política para a sociedade. De outro, vivencia-se a intensificação de ataques à saúde pública por meio da lógica mercantil, da racionalidade gerencialista e da precarização do trabalho, expressões do avanço do neoliberalismo, sobretudo no contexto de fortalecimento do conservadorismo de extrema direita que se instalou no Brasil a partir do governo Bolsonaro e que ressoa em escala global, impondo retrocessos às políticas sociais e à democracia.

Nesse cenário, o Serviço Social, ao se orientar por um projeto ético-político alinhado aos interesses da classe trabalhadora, reafirma sua posição como profissão comprometida com as lutas sociais, atuando no bojo das disputas por hegemonia no interior do Estado e da sociedade civil. Nessa perspectiva, a atuação profissional crítica pode ser compreendida, à luz de Gramsci, como uma prática contra-hegemônica, na medida em que enfrenta os valores dominantes do capital — como o individualismo, a culpabilização da pobreza, a meritocracia e a medicalização da vida — e afirma, cotidianamente, os princípios da universalidade, da equidade, da dignidade humana e da justiça social.

Ao assumir a dimensão política e pedagógica de sua prática, o/a assistente social se coloca como um intelectual orgânico da classe trabalhadora, conforme formulado por Gramsci nos *Cadernos do Cárcere*: aquele que, inserido nos processos sociais concretos, contribui para a elaboração de uma nova consciência coletiva, vinculando o saber à ação transformadora. Trata-se de um intelectual que não atua “do alto”, mas emerge das próprias contradições da vida social, articulando sujeitos, fomentando a crítica e disputando sentidos no cotidiano institucional.

Apesar dos intensos limites institucionais e materiais que marcam a política de saúde — e que foram agravados pelas reformas ultraneoliberais, evidenciadas por cortes orçamentários e pelo desmonte do SUS —, o trabalho do/a assistente social guarda um potencial emancipatório. Para que tal potencial se atualize, é necessário que a atuação profissional permaneça ancorada nos fundamentos teóricos, éticos e políticos da profissão, recusando

adaptações funcionais às lógicas do capital e afirmando sua direção em defesa da transformação social.

Portanto, reafirmar esse projeto profissional crítico e emancipador é mais do que uma tarefa técnica: é uma escolha política estratégica, que envolve a defesa da saúde como direito, o fortalecimento do SUS público e estatal e a aposta na construção de uma nova hegemonia social. Tal projeto exige, ainda, a ampliação e o fortalecimento dos movimentos sociais, da participação popular e das redes de resistência que, em meio às contradições do presente, apontem para a construção de uma outra sociabilidade possível — fundada na solidariedade, na equidade e no direito universal à vida digna.

Referências bibliográficas

- ALIAGA, L.; SILVA, A. L. Opinião pública, hegemonia e cultura nos *Cadernos do Cárcere* de A. Gramsci. *Revista Sísifo*, [S. l.], v. 1, n. 5, p. 24-34, 31 maio 2017. ISSN 2359-3121.
- BARROCO, M. L. Fundamentos éticos do Serviço Social. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS, 2009.
- BARROCO, M. L. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282011000200002>. Acesso em: 28 jul. 2025.
- BRAVO, M. I. S.; PELAEZ, E. J.; MENEZES, J. S. B. A saúde nos governos Temer e Bolsonaro: lutas e resistências. *SER Social*, Brasília, v. 22, n. 46, p. 191-209, 2020.
- BRAZ, M. O governo Lula e o projeto ético-político do Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 78, p. 87-108, 2004.
- BRAZ, M.; TEIXEIRA, J. B. O projeto ético-político do Serviço Social. In: CFESS; ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CEAD/UnB, 2009.
- CARVALHO, G. A. *Determinação social da saúde e Serviço Social no contexto da contrarreforma: do domínio às possibilidades de consciência crítica*. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), Vitória, dez. 2019.
- CFESS. *Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de saúde*. Brasília: CFESS, 2009.
- DIAS, E. F. Hegemonia: racionalidade que se faz história. In: DIAS, E. F. *O outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996. p. 15-44.
- DIAS, E. F. *Política brasileira: embate de projetos hegemônicos*. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2002.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- MANCINI, M. V. D. V.; SANTOS, G. R. Os intelectuais em Gramsci: uma análise sobre o papel dos assistentes sociais. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v. 21, n. 1, p. 238-258, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/34959>. Acesso em: 28 jul. 2025.
- MATOS, M. C. (Des)informação nos serviços de saúde em tempos de pandemia da Covid-19: uma questão ética e uma requisição enviesada ao trabalho de assistentes sociais. *Revista Em*

- Pauta*, Rio de Janeiro, n. 48, p. 124-138, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/60300/38410>. Acesso em: 20 jun. 2025.
- NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: CFESS; ABEPSS; CEAD; UNB. *Capacitação em Serviço Social e política social*. Brasília: CFESS, 1999.
- NETTO, J. P. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, A. E. et al. (org.). *Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: FNEPAS, 2006.
- NEVES, A. V. Gramsci de um século a outro: sua presença no Serviço Social brasileiro. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 130-149, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/VqNvMDhXJLRGqrbhYnBzHcr/>. Acesso em: 28 jul. 2025.
- SCHLESENER, A. H. A propósito da noção de intelectual que se pode intuir da noção gramsciana de “lorianismo”. *Revista Práxis e Hegemonia Popular*, Curitiba, n. 2, jul. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/praxis/article/view/53281>. Acesso em: 28 jul. 2025.
- SILVA, D. R. Gramsci e os intelectuais, dos orgânicos aos lorianos: uma faceta para pensar o bolsonarismo. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 134-153, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1414-49802017.00100004>. Acesso em: 28 jul. 2025.
- SIMIONATTO, I. *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*. São Paulo: Cortez; Florianópolis: UFSC, 1995.
- SOUZA, H. G. *Reforma intelectual e moral e a construção da hegemonia: o processo de elevação cultural dos grupos sociais subalternos*. 2018. 142 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2018.
- VASCONCELOS, A. M. *A/O Assistente Social na luta de classes: Projeto Profissional e Mediações Teórico-Práticas*. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2015.